



TCU E CBIC RETOMAM DIÁLOGO E DEBATEM GARGALOS QUE ENVOLVEM A EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS NO PAÍS

OBJETIVO FOI IDENTIFICAR AS CAUSAS DAS PARALISAÇÕES DAS OBRAS E FORMAS DE COMBATÊ-LAS

PH Freitas/CBIC



Representantes do setor da construção e auditores fiscais, durante Diálogo TCU/CBIC, em Brasília

Buscando melhorar o desenvolvimento da infraestrutura e destravar obras paralisadas no Brasil, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e o Tribunal de Contas da União (TCU) abriram uma nova rodada de diálogo para buscar soluções que permitam a plena execução de obras no País. O encontro Diálogo TCU/CBIC discutiu temas e iluminou conceitos que muitas vezes impedem a realização de obras no País. Foram debatidos, por exemplo, sobrepreço e superfaturamento; aditivos contratuais, compensações entre acréscimos e supressões em obras públicas e efeitos e custos de paralisação de obras financiadas

com recursos federais. “Tenho certeza de que esse evento terá bons resultados para o futuro do nosso País”, declara o presidente da CBIC, José Carlos Martins, ao defender a importância da retomada desse diálogo, onde foram discutidos assuntos extremamente delicados, de forma transparente, e que pode ser conferido no Facebook @CBICBrasil, [clikando aqui](#).

O encontro Diálogo TCU/CBUC é um importante vínculo produtivo criado nos anos de 2013 e 2014, quando foram realizados debates nas cinco regiões do País, nas cidades de Belo Horizonte (MG), Recife (PE), Porto Alegre

PH Freitas/CBIC



José Carlos Martins, presidente da CBIC, durante o Diálogo TCU/CBIC

(RS), Goiânia (GO) e Belém (PA). Fruto dessas reuniões técnicas foi atualizada a [Cartilha TCU – Manual de fiscalização de obras do País, denominado Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas](#), que unificou o entendimento do tribunal sobre os principais questionamentos do setor, vigente até hoje e com grande utilidade nos diversos campos da infraestrutura. “O encontro foi muito positivo, na medida em que reabrimos o ciclo de debates entre as construtoras e o órgão que fiscaliza as obras públicas, traduzindo o desejo de cooperação mútua entre o setor e o tribunal”, comemora o presidente da Comissão de Infraestrutura (COP) da CBIC, Carlos Eduardo Lima Jorge, sobre o debate técnico franco, aberto e construtivo que tratou dos gargalos que envolvem a execução de obras públicas de infraestrutura do País, realizado ontem (20/09) pela COP/CBIC, em correalização com o Senai Nacional, no auditório da Escola Superior do Tribunal de Contas da União (TCU), em Brasília.

Ao debater temas como sobrepreço e superfaturamento nas obras; aditivos contratuais, e paralisações de obras, ficou clara a convergência de objetivos entre a CBIC e o TCU para identificar não somente as causas que originaram as 7.160 obras paralisadas no País (segundo estudo da CBIC) e o desperdício e mau uso de

PH Freitas/CBIC



Nicola Espinheiro da Costa Khoury, coordenador geral da Comissão de Infraestrutura do TCU (Coinfra), durante o diálogo técnico no TCU

recursos públicos, mas, sobretudo, formas de como atuar nos seus principais fatores, como os da má qualidade dos projetos e das obras e da irresponsabilidade da Administração Pública de colocar em concorrência obras sem recursos financeiros suficientes, para combatê-los.

O setor apresentou aos auditores do tribunal a realidade empresarial de quem administra o contrato, vive a licitação e o dia a dia dos canteiros de obra. Ao reconhecer a importância de gabaritos para a classificação e verificação das obras, o presidente da COP/CBIC alertou que os empreendimentos têm características específicas que nem sempre se encaixam ao padrão do TCU, o que tem gerado inúmeras paralisações.

SOBREPREGO

Ao esclarecer que, conforme estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o órgão fiscalizador é responsável por recomendar, mas quem paralisa as obras é o Congresso Nacional, Nicola Espinheira da Costa Khoury, coordenador geral da Comissão de Infraestrutura do TCU (Coinfra), apontou como uma das causas da paralisação o sobrepreço, que decorre de um preço superior ao de mercado (Sistema de Custos

PH Freitas/CBIC

PH Freitas/CBIC

PH Freitas/CBIC



Da esquerda para a direita: Evaristo Augusto Pinheiro, presidente do Sinicon; advogado e consultor Fernando Vernalha, e Luiz Fernando Ururahy de Souza, da Secretaria de Fiscalização da Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil do TCU no Diálogo TCU/CBIC, em Brasília

Referenciais de Obras – Sicro e Sistema Nacional de Preços e Índices para a Construção Civil - Sinapi).

Sobre os sistemas de referência de preços, disse que eles não têm a pretensão de exaurir e retratar 100% todos os serviços que existem no País, mas são referências a serem usadas pelos gestores e cabe ao orçamentista fazer a análise do caso concreto. “O tribunal não tem nenhuma determinação de que não pode mudar o sistema e a composição. É possível mudar, desde que, motivadamente, se adapte ao caso concreto”, disse.

Nicola Khoury reforçou que “é razoável que quando se pense em preço, o que vale para um lado, vale para outro. A empresa pode ter ganhos no contrato, mas também terá que arcar com prejuízos”, disse. Segundo ele, se houver exagero na precificação de itens do projeto pelo agente público na licitação, o TCU vai atuar mesmo que o contrato já esteja assinado.

Evaristo Augusto Pinheiro, presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon), mencionou a importância do órgão fiscalizador reforçar sua atuação na fase de planejamento do projeto e de preparação das obras públicas, origem de grande parte dos problemas.

Já o consultor da CBIC sobre infraestrutura, Fernando Vernalha, salientou que, em muitos momentos, a atuação do órgão de fiscalização é excessiva em relação ao controle dos preços. “As decisões são muito rigorosas e há um entendimento de que a mera discrepância entre o preço da proposta e das tabelas de preços configura sobrepreço e obriga o contratado a devolver os valores, mesmo depois do contrato assinado”, diz.

ADITIVOS CONTRATUAIS

Durante o debate, “ficou claro que aditivo é válido e deve ser considerado quando justificadamente necessário no projeto”, ressalta o presidente da COP/CBIC, completando que “é preferível aditar um contrato, do ponto de vista da defesa do erário público, do que suspender uma licitação”.

“Do ponto de vista do tribunal, o aditivo não é considerado ilegal. Ele é necessário – tanto que a lei previu –, porque os projetos não são completos. Eles precisam, eventualmente, de algum ajuste necessário”, avaliou Luiz Fernando Ururahy de Souza, da Secretaria de Fiscalização da Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil.

PH Freitas/CBIC

PH Freitas/CBIC

PH Freitas/CBIC



Da esquerda para a direita: Luiz Fernando Santos Reis, presidente da Aeerj; Bruno Martinello Lima, dirigente da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana, e José Eugênio Gizzi, vice-presidente da CBIC, no Diálogo TCU/CBIC, em Brasília

Para Luiz Fernando Santos Reis, presidente da Associação de Empresas de Engenharia do Rio de Janeiro (Aeerj), a base de toda a adversidade para que hajam aditivos está na inadequação dos projetos. “Se houver um projeto bem feito, não haverá problemas. O problema está na falta de planejamento e de um banco de projetos”, mencionou.

Já Fernando Vernalha questionou a interpretação restritiva do órgão fiscalizador às mudanças, por um apego à licitação, especialmente em função do nível de detalhamento dos projetos gerados pela Administração Pública.

PARALISAÇÕES DE OBRAS PÚBLICAS

Bruno Martinello Lima, dirigente da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana, destacou a importância de atacar as causas da paralisação de obras. “Enquanto estivermos atuando nas consequências, estaremos apenas enxugando gelo”, disse. Como diagnóstico das obras paralisadas, apontou os sobrepreços e superfaturamento, atrasos sistêmicos e projetos deficientes, destacando que a gestão de obras públicas no País é

deficiente. Para mudar essa realidade, mencionou a necessidade de melhorar a governança.

Na visão do vice-presidente da CBIC, José Eugênio Gizzi, as principais causas das obras paralisadas são: qualidade insuficiente de projetos; apontamento de irregularidades pelo TCU; temor de agentes públicos; exigências editalícias incompatíveis com complexidade das obras; preços contratuais inexequíveis; falta de licenciamentos e desapropriações; falta de pagamentos; desequilíbrios contratuais; baixa produtividade, e inviabilidade da obra ou da empresa. Gizzi propôs maior atuação do TCU nas causas das paralisações; análise das consequências da não realização da obra no tempo previsto, e apuração para sanar irregularidades sem paralisar obras.

Sobre os próximos passos, o presidente da COP/CBIC reforçou que a aproximação entre o setor da construção e o tribunal vai continuar. “Vamos fazer um ciclo de debates ao longo de 2019, que resultará na melhoria do desenvolvimento da infraestrutura no Brasil, que é o desejo de todos nós”, disse.

SETOR DA CONSTRUÇÃO ACUMULA PERDA DE 14,2 MIL VAGAS DE EMPREGOS FORMAIS EM 12 MESES, RESULTADO DA FALTA DE INVESTIMENTO

APESAR DA GERAÇÃO DE 11,8 MIL EMPREGOS EM AGOSTO, RITMO DE RECUPERAÇÃO AINDA É INSUFICIENTE

Shutterstock



No acumulado dos últimos 12 meses, encerrado em agosto/2018, o setor da construção registra um resultado negativo de 14,2 mil vagas de empregos formais. O resultado demonstra que o ritmo de melhora do mercado de trabalho da construção ainda é insuficiente para recuperar as vagas perdidas de agosto/2017 a agosto/2018. “Nos últimos 12 meses, acabamos perdendo 14,2 mil empregos. Continuamos insistindo que a falta de condições para o investimento é que está gerando essa perda. O Brasil não terá um crescimento sustentável se não for gerado emprego baseado no investimento”, aponta o presidente da CBIC, José Carlos Martins.

Segundo dados divulgados nesta sexta-feira (21/09) pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho, o mercado de trabalho formal brasileiro apresentou melhora em agosto, com a geração de 110,4 mil vagas. A construção civil contribuiu para esse fim, com a criação de 11,8 mil empregos formais no mês de referência. O resultado é superior ao verificado no mesmo mês do ano passado, quando foram geradas 1,02 mil vagas. No ano, de janeiro a agosto/2018, o saldo acumulado foi positivo em 65,4 mil empregos, enquanto no mesmo período de 2017, o saldo foi negativo em 30,3 mil vagas. Segundo

dados do Caged, o estoque de trabalhadores formais do setor da construção em agosto/2018 é de 2,07 milhões.

DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS POR UF E SEGMENTO DA CONSTRUÇÃO

Em agosto, o segmento de serviços da construção foi o principal gerador de vagas, seguido da infraestrutura e do segmento de edificações. De janeiro a agosto, o segmento de serviços da construção também foi o principal gerador de empregos, seguido pela infraestrutura e pelas edificações, mas as diferenças entre os segmentos foram bem menores. Já nos últimos 12 meses anteriores a agosto/2018 (base 12 meses), em que o saldo final é negativo, o segmento de serviços da construção foi o principal gerador de vagas, com saldo positivo de 4,7 mil vagas, enquanto a infraestrutura perdeu 9,4 mil vagas e o segmento de edificações foi o principal responsável pelo saldo negativo do período, com -23,9 mil vagas no período considerado.

EVOLUÇÃO DO SALDO MENSAL DA CONSTRUÇÃO

O saldo de empregos formais da construção em agosto de 2018 cresceu 17,3% em relação ao registrado no mês

anterior, respeitando a sazonalidade para o mês. A tendência é de saldo positivo em setembro/2018, mas com saldos negativos nos meses de outubro, novembro e dezembro. Até junho, os indicadores apontavam para uma recuperação gradual com aceleração da atividade, mas com a divulgação fraca do Produto Interno Bruto (PIB) e o ritmo ainda modesto do emprego (diante de tudo que se perdeu ao longo da crise), já se estima que o setor encerre o ano desacelerando e com resultado final negativo, de atividade e geração de emprego próximo de "zero".

DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS DA CONSTRUÇÃO PELO BRASIL

No Brasil, o maior número de vagas geradas, em termo absolutos, foi verificado na região Sudeste (5.896) e em termos relativos (em relação ao estoque anterior), na região Norte (1,86%), puxado pelo Estado do Pará (1.986 vagas) e reduzido por Roraima, que registrou saldo negativo de 26 ocupações. No Nordeste, os Estados do Maranhão, Piauí, Alagoas e Sergipe registraram perda de vagas. Na região Sul, o Rio Grande do Sul também registrou perda de 43 empregos e no Centro-Oeste o saldo negativo ficou por conta do Distrito Federal (-417).

SETOR DA CONSTRUÇÃO DEBATE ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS EM OUTUBRO

ESTRATEGISTA POLÍTICO APRESENTARÁ PANORAMA ELEITORAL DO PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ENTIDADE

Divulgação



O estrategista político Gustavo Márcio Coimbra, mestre em Ação Política pela *Universidad Rey Juan Carlos* e fundador da Casa Política, confirmou presença para a próxima reunião do Conselho de Administração da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), que será realizada no dia 3 de outubro, em Brasília, e que terá como foco as eleições presidenciais de 2018. O objetivo do encontro é apresentar um panorama eleitoral diante do primeiro turno das eleições presidenciais

deste ano, que ocorrerá no dia 7 de outubro.

Também participarão o jornalista e consultor, Gustavo Krieger, e o coordenador de Relações Institucionais da CBIC e sócio-diretor da Foco Assessoria e Consultoria, Luís Henrique Macedo Cidade, que juntos vão falar sobre o tema eleições. Mais informações serão oportunamente divulgadas.

Programar-se!

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO DIVULGA RESULTADO DO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PROPOSTAS DO PROGRAMA DE APOIO ÀS CONCESSÕES MUNICIPAIS E ESTADUAIS

PROJETOS ENGLOBALAM SETORES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DE SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100 MIL HABITANTES

Divulgação



O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão divulgou nesta sexta-feira (21/09) o resultado dos Editais das Chamadas Públicas nº 01/2018 e nº 02/2018 dos entes federativos do Programa de Apoio às Concessões e Parcerias Público Privadas de Estados e Município para estruturação de projetos de concessão e PPPs no setor de Iluminação Pública e de Saneamento Básico, na modalidade de Esgotamento Sanitário, em municípios com mais de 100 mil habitantes, que podem ser conferidos pelos agentes públicos locais participantes. A lista com os entes habilitados está disponível nos seguintes endereços: <http://fundosdegoverno.caixa.gov.br> e <http://www.planejamento.gov.br/apoioasconcessoes>

Os editais foram publicados em julho, conforme regras formuladas pelo Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público-Privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (FEP). O governo estima aplicar nos estudos necessários aos projetos cerca de R\$ 40 milhões, entre recursos do FEP e organismos multilaterais de crédito que atuam junto ao programa. O processo está sendo organizado pelo Ministério do Planejamento e pela Caixa Econômica Federal. Em caso de dúvidas, envie e-mail para chamamentofep@caixa.gov.br.

[Clique aqui](#) para acessar o arquivo com a lista.

RETOMADA DO MERCADO IMOBILIÁRIO NECESSITA DE MELHOR ACESSO AO CRÉDITO E SEGURANÇA JURÍDICA

SEM RECURSOS, PRÓXIMO GOVERNO PODERÁ CONTAR DE IMEDIATO COM A GRANDE CAPACIDADE DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA DO SETOR DA CONSTRUÇÃO

Faenge Blog



Apesar de toda a dificuldade, o Brasil tem alguns fatores positivos que podem ser determinantes para a recuperação. Além de ter uma economia interna forte, autossustentável e balança comercial positiva, o País tem reservas que são uma boa proteção a ataques especulativos.

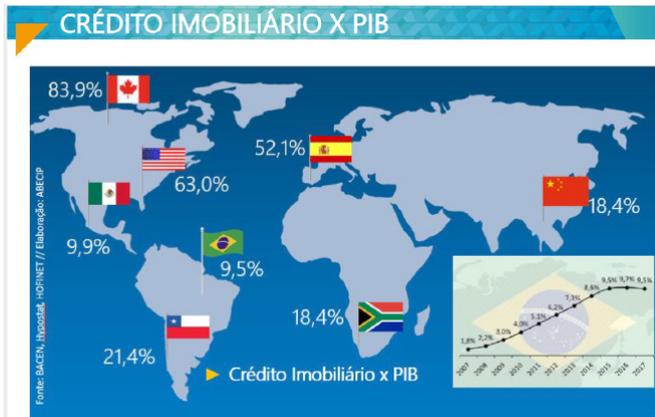
Nesse contexto, a construção civil pode contribuir e muito, porque é um setor que gera empregos e movimentada toda a economia, direta e indiretamente. O próximo governo vai depender do setor, porque não tem recursos. Vai precisar do setor privado. Para isso, terá que dar condição jurídica, de crédito e elaborar planejamento em que as empresas possam confiar, não só as empresas brasileiras, mas também investidores estrangeiros.

Além da crise econômica e política, com todas as dificuldades a elas inerentes, o setor tem se deparado com problemas que surgem com frequência, tomando muito tempo e energia das empresas na busca por soluções,

como as questões de distratos, cobrança de comissão em apartado, mudanças em planos diretores urbanísticos, questões relativas ao IPHAN, além de constantes ataques ao FGTS.

Nesse sentido, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) está trabalhando junto a todos os candidatos à Presidência do País, pedindo segurança jurídica e melhoria na concessão de crédito a todos os presidentiáveis e também com o Banco Central e a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), visando encontrar um caminho para solucionar os diversos problemas que os empresários estão enfrentando, no que diz respeito ao crédito imobiliário e parcerias com os bancos.

O mercado Imobiliário tem muito ainda para crescer. Apesar da sua importância na economia, a participação do crédito imobiliário no Produto Interno Bruto (PIB) ainda é muito pequena, se comparada a outros países, como mostra mapa elaborado pela Abecip.



A inflação e os juros controlados são muito importantes para o crescimento do mercado imobiliário, mas é necessário trabalhar na melhoria da concessão de crédito, para que as empresas voltem a fazer lançamentos.

O mercado já vem dando sinais de reação que será mais percebida durante o ano de 2019.

Desde 2016, a CBIC faz um acompanhamento do mercado imobiliário Nacional.

Percebe-se um aumento nos lançamentos, porém menor que o aumento nas vendas, com consequente

diminuição da oferta. Observando a série histórica, verifica-se uma redução intensa na oferta, a cada seis meses. A oferta de imóveis existente no final do 2º trimestre de 2018 acaba em 12 meses, se for mantida a média de vendas do trimestre.

Por outro lado, o segundo trimestre de 2018 atingiu o maior patamar em vendas da série histórica. A construção civil, assim como o mercado imobiliário, tem hoje uma grande oportunidade para crescer, porque muitos brasileiros ainda não compraram seu primeiro imóvel. Os recursos da caderneta de poupança estão voltando. Existe um grande déficit habitacional e demanda.

A nova resolução do Bacen poderá abrir possibilidades novas. A expectativa é de que efetivamente funcione. Espera-se a criação de novos produtos pelos bancos.

A tendência é de retomada do mercado imobiliário, mas para tanto é necessário melhorar o acesso ao crédito, para possibilitar novos lançamentos.

É muito importante também preservar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), porque seus recursos aplicados em habitação, infraestrutura e saneamento, acabam se traduzindo em emprego, geração de impostos e de renda, retroalimentando o próprio sistema.

Garantia: **MetLife**

O Seguro PASI protege os trabalhadores de sua empresa.

CLIQUE AQUI

E SOLICITE UMA PROPOSTA

Convênio

Núcleo de Seguros

Reconhecido pela CBIC como o Seguro de Vida Oficial da Indústria da Construção

Central PASI – 4000-1989
 contato@pasi.com.br – www.pasi.com.br

[/seguroPASI](https://www.pasi.com.br/seguroPASI)

Faturamento deflacionado das indústrias de materiais de construção - Variação %

Faturamento deflacionado	Agosto 2018 / Julho/18 *	Agosto 2018 / Agosto 2017	Acumulado no ano	Acumulado 12 meses (móvel)
Total	1,2%	0,5%	1,2%	1,9%
Base	1,6%	2,1%	1,7%	2,8%
Acabamento	0,8%	-1,6%	1,0%	0,5%

Fonte: Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat).

* Ajuste sazonal.

AGENDA DA SEMANA
24 de setembro

Fórum Ilumina Brasil da Híria (Cooperação Técnica da CBIC com a Híria)

Local: Centro Britânico Brasileiro em Pinheiros - São Paulo - SP

25 de setembro

Seminário Técnico: Gestão de SST e a alimentação dos trabalhadores

Local: Tribunal Regional do Trabalho - TRT 10ª Região 513 Norte - Asa Norte - Brasília - DF

COMAT
26 de setembro

2ª Reunião do Grupo de Trabalho da 2ª etapa do estudo de Foresight (Pensamento de Futuro)

Horário: 10h às 18h30

Local: 1º Andar Salas 1 e 2 do Edifício Armando Monteiro Neto

COP
27 de setembro

SINAPI Cuiabá

Local: Plenarinho do Sistema FIEMT - Av. Historiador Rubens de Mendonça, 4913, Centro Político Administrativo - Cuiabá, MT

AGENDA ECONÔMICA (CBIC)
24 de setembro

- Boletim FOCUS/Banco Central
- Comissão Técnica da Moeda e do Crédito (COMOC) / Banco Central
- Estatísticas do Mercado Aberto / Banco Central

- Estatísticas do Setor Externo / Banco Central
- Relatório mensal da Dívida Pública Federal / Tesouro Nacional
- Sondagem do Consumidor / FGV
- Sondagem Industrial / CNI

25 de setembro

- Divulgação da Ata do COPOM / Banco Central
- Conselho Monetário Nacional (CMN) / Banco Central
- Sondagem da Construção / FGV
- Índice Nacional de Custo da Construção - M (INCC-M) / FGV

26 de setembro

- Estatísticas Monetárias e de Crédito / Banco Central
- Resultado do Tesouro Nacional / Tesouro Nacional
- Sondagem Indústria da Construção / CNI
- Sondagem do Comércio / FGV

27 de setembro

- Resultado primário do Governo Central / Tesouro Nacional
- Sondagem da Indústria / FGV
- Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) / FGV
- Índice de Preços ao Produtor - Indústrias Extrativas e de Transformação / IBGE

28 de setembro

- Estatísticas Fiscais / Banco Central
- Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo - 2º Quadrimestre de 2018 / FGV
- Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal - RREO / Tesouro Nacional
- Indicador de Incerteza da Economia / FGV
- Sondagem de Serviços / FGV
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal / IBGE
- Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (INEC) / CNI

EXPEDIENTE:

Presidente da CBIC: José Carlos Martins

Equipe de Comunicação:

Doca de Oliveira - coordenacao.comunicacao@cbic.org.br

Ana Rita de Holanda - jornalista@cbic.org.br

Sandra Bezerra - comunicacao@cbic.org.br

Paulo Henrique Freitas de Paula - arte@cbic.org.br

Projeto Gráfico: Radiola

Diagramação: Paulo Henrique Freitas de Paula

Telefone: (61) 3327-1013